



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
PROF. ALBERTO ANTUNES

EBSERH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária
Maceió-AL, CEP 57072-900
- <http://hupaa-ufal.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23540.002857/2023-57

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de **SERVIDORES TIPO RACK COM 60 MESES DE GARANTIA DO FABRICANTE**, visando atender as necessidades do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSERH e dos órgãos participantes, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 6 (meses) podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no Edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

1.5. Os itens deste Termo de Referência, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e 01/2014.

1.6. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

1.6.1. **Anexo I - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD);**

1.6.2. **Anexo II - TERMO DE VISTORIA E SIGILO (28192893);**

1.6.3. **Anexo III - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA (28192924);**

1.6.4. **Anexo IV - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (28192942);**

1.6.5. **Anexo V - TERMO DE CIÊNCIA (28192965);**

1.6.6. **Anexo VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (TRP) (28192985);**

1.6.7. **Anexo VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (TRD) (28193017).**

1.7. Os materiais devem atender às seguintes características, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	CATMAT	EBSERH	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	481693	N/A	SERVIDORES TIPO RACK COM 60 MESES DE GARANTIA DO FABRICANTE	UNIDADE	03

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

2.1. ITEM 1 - SERVIDOR TIPO RACK**2.1.1. CHASSI:**

2.1.1.1. Gabinete tipo rack com altura máxima de 2U.

2.1.1.2. Possuir LED indicador de status que permita monitorar e diagnosticar as condições de funcionamento, tais como: falhas de processadores, falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

2.1.1.3. O projeto do gabinete deve ter qualidade fabril e ser concebido de modo a permitir o acesso/abertura e a retirada de discos, placas, ventoinhas, memórias, fontes, sem o uso de ferramentas "tool-less".

2.1.1.4. Deve possuir, em local de fácil acesso, facilitando a localização do produto, número de série e outras informações do produto.

2.1.1.5. Deve possuir desenhos que demonstrem, de forma intuitiva, a função de cada porta de expansão/conexão.

2.1.1.6. Possuir leds de atenção para status de disco e energia.

2.1.1.7. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

2.1.1.8. Possuir drive de DVD-ROM slim embutido no chassi ou permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos

2.1.2. FONTES DE ALIMENTAÇÃO:

2.1.2.1. Fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

2.1.2.2. Cada fonte de alimentação deve possuir: Potência de no mínimo 1.100 Watts.

2.1.2.3. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

2.1.2.4. Possuir LED indicador de status que permita monitorar e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

2.1.2.5. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

2.1.3. PROCESSADOR:

2.1.3.1. Possuir 02 (dois) processadores de arquitetura x86 de mesmo modelo, projetados para utilização em servidores. Cada processador deve possuir as seguintes características técnicas:

2.1.3.1.1. Frequência a partir de 2.8 GHz (Frequência baseada em processador), no mínimo, 12 (doze) núcleos instalados / 24 (vinte e quatro) segmentos.

2.1.3.1.2. Processadores de última geração do fabricante.

2.1.3.1.3. Link de comunicação do processador com o restante do sistema de no mínimo 10 GT/s.

2.1.3.1.4. Memória cache de no mínimo 18 MB.

2.1.3.1.5. Tecnologia de aceleração dinâmica através da elevação da frequência de clock nominal baseado na utilização dos núcleos do processador. Essa tecnologia deve ser nativa da arquitetura do processador e não deve ultrapassar os limites estabelecidos pelo fabricante.

2.1.3.1.6. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU.

2.1.3.1.7. Controladora de memória integrada de 6 (seis) canais, compatível com DDR4 2933 MHz ou superior.

2.1.3.1.8. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

2.1.4. MEMÓRIA RAM:

- 2.1.4.1. O servidor deve ser compatível com módulos DDR4 com as seguintes características técnicas:
- 2.1.4.2. RDIMM (Registered) e LRDIMM (Load Reduced).
- 2.1.4.3. Deve suportar velocidade de 2933 MHz ou superior.
- 2.1.4.4. Possuir 1024 GB de memória RAM, provisionados por módulos DIMM RDIMM ECC ou LRDIMM ECC.
- 2.1.4.5. Suportar tecnologia SDDC ou Advanced ECC ou Chipkill para detecção e correção de falhas de chip e erros multi-bit.
- 2.1.5. **PLACA MÃE:**
- 2.1.5.1. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador.
- 2.1.5.2. Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado.
- 2.1.5.3. Os componentes removíveis da motherboard devem ser retirados sem o uso de ferramentas e componentes hot-plug devem possuir identificação visual ou estarem descritos detalhadamente em catálogo ilustrado do fabricante a fim de facilitar sua identificação e seu manuseio.
- 2.1.6. **BIOS E SEGURANÇA:**
- 2.1.6.1. BIOS/UEFI desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este fabricante deve ter direitos copyright sobre a mesma, comprovados através de atestado. Não será aceito equipamentos com BIOS em regime de OEM ou customizadas.
- 2.1.6.2. A BIOS deve possuir a informação do número de série do equipamento e um campo editável que permita inserção de identificação customizada (Asset Tag). Ambas as informações devem ser passíveis de consulta via software de gerenciamento.
- 2.1.6.3. Possuir chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 para armazenamento de chaves criptográficas.
- 2.1.7. **VÍDEO:**
- 2.1.7.1. Deve ser do tipo on board (integrado na placa mãe).
- 2.1.7.2. Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesesseis megabytes).
- 2.1.7.3. Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.
- 2.1.8. **Portas de entrada/saída:**
- 2.1.8.1. Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos.
- 2.1.8.2. Deverá possuir ao menos três portas USB, sendo uma frontal e duas traseiras. Pelo menos 1 (uma) porta externa deverá ser na versão 3.0 ou superior.
- 2.1.8.3. Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo padrão VGA (DB-15), na parte frontal ou traseira do gabinete.
- 2.1.8.4. Caso seja ofertado outro tipo de porta, deverá ser entregue adaptador de vídeo VGA do mesmo fabricante para cada porta não conforme a solicitação.
- 2.1.8.5. **INTERFACES DE REDE:**
- 2.1.8.6. No mínimo 02 (duas) portas BaseT de 10 GbE;
- 2.1.8.7. No mínimo 04 (quatro) portas RJ-45 1GbE.
- 2.1.8.8. Suportar jumbo frame (payload de até 9000 bytes) , IPv4 e IPv6; Suporte para VMware NetQueue e Microsoft VMQ.
- 2.1.8.9. Possuir uma controladora HBA SAN com duas portas com velocidade de 16Gbps;
- 2.1.8.10. Suportar topologia FC-GS2 e FC-GS3.

2.1.8.11. Suportar os protocolos FCP-3-SCSI, FC-tape (FCP-2).

2.1.8.12. 16/8/4 Gbps auto-negotiation.

2.1.9. CONTROLADORA RAID:CONTROLADORA RAID DE DISCOS INTERNOS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:

2.1.9.1. Suportar drives SSD (Solid-State Drive), HDD (Hard Disk Drive); Memória cache de 2 GB; Proteção da cache através de memória flash não volátil.

2.1.9.2. Suportar RAID 1, 5, 6, 10, 50 e 60 via hardware.

2.1.9.3. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

2.1.9.4. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

2.1.9.5. Permitir migração de RAID de forma on-line.

2.1.9.6. Suportar tecnologia S.M.A.R.T

2.1.10. ARMAZENAMENTO:

2.1.10.1. Possuir no mínimo 5 (cinco) discos SSD SATA Read Intensive 6 Gb/s de 480 GB.

2.1.11. GERENCIAMENTO:

2.1.11.1. Console remota, possuir conexão que permita o acesso à console do equipamento através da rede.

2.1.11.2. Esta conexão deve possuir 1 (uma) interface 1 Gbps exclusiva.

2.1.11.3. O acesso a console deve ser feito através de https ou 'software' proprietário, possuindo usuário e senha de conexão, com criptografia dos dados trafegados.

2.1.11.4. Caso seja necessário 'software' proprietário, este deve ser entregue em quantidade suficiente para administrar todos os servidores fornecidos.

2.1.11.5. No mínimo, as seguintes funções devem estar disponíveis na console remota:

2.1.11.6. Ligar/Desligar o equipamento.

2.1.11.7. Acesso a 'BIOS' e/ou 'firmware' do equipamento.

2.1.11.8. Acompanhamento de todo o processo de inicialização do equipamento.

2.1.11.9. Instalação do sistema operacional, através da console remota.

2.1.11.10. Acesso a console gráfica.

2.1.12. COMPATIBILIDADE COM SISTEMA OPERACIONAL:

2.1.12.1. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema operacionais Linux(DEBIAN, CentOS, Ubuntu Server) e Windows Server (2012 e versões superiores).

2.1.12.2. Possuir compatibilidade com os seguintes hypervisors disponíveis para virtualização de máquinas: VMware vSphere, Microsoft Hyper-V, Citrix Hypervisor e XCP-ng.

2.1.13. COMPONENTES E ACESSÓRIOS:

2.1.13.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar na sua respectiva web site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.

2.1.13.2. Deve ser fornecido kit de trilhos deslizante e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

2.1.13.3. Deve ser fornecido todos os cabos e componentes para as ligações e correto funcionamento do servidor.

2.1.13.4. GARANTIA, SUPORTE E MANUTENÇÃO:

- 2.1.13.5. Garantia do equipamento, e todos os seus componentes, pelo período de 60 (sessenta) meses, on-site;
- 2.1.13.6. Garantia da atualização dos softwares/firmwares, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases durante todo o período de garantia;
- 2.1.13.7. Prestação de assistência técnica, durante o período da garantia, contemplando o serviço de atendimento telefônico gratuito (0800), com atendimento no idioma português, e suporte remoto via Web, ambos em regime mínimo de 24(vinte e quatro) horas X 7 (sete) dias. Esse serviço poderá ser usado para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos equipamentos, softwares e serviços fornecidos;
- 2.1.13.8. O atendimento no local deverá ocorrer no máximo no próximo dia útil.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Da Necessidade da Contratação:

3.1.1. A Ebserh, segundo seu mapa estratégico, tem como propósito "Ensinar para transformar o cuidar", como visão "Ser referência nacional no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação no campo da saúde, na assistência pública humanizada e de qualidade em média e alta complexidade, e na gestão hospitalar, atuando de forma integrada com a Universidade e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde" a empresa ainda tem com um de seus pilares "processos e tecnologia" e um dos seus objetivos estratégicos é "Otimizar a operação por meio da simplificação e digitalização de processos, inovação e disseminação das melhores práticas".

3.1.2. Neste contexto, com o propósito de assegurar as condições necessárias para que o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, pertencente à Universidade Federal de Alagoas - Hupaa-Ufal, possa prover assistência de excepcional qualidade, oferecer as condições adequadas para a inovação e a produção de conhecimento de alto nível e formação dos profissionais, é imprescindível que sejam utilizados recursos de Tecnologia da Informação. Esses recursos são tidos como cruciais para o desempenho das atividades institucionais, uma vez que seus usuários recorrem aos recursos de TIC tanto para a execução das atividades-fim quanto para as atividades-meio. Consequentemente, a indisponibilidade desses serviços acarretará em impactos diretos no desempenho institucional.

3.1.3. Posto isso, compete ao Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital - SETISD promover a infraestrutura necessária para o bom desempenho das atividades institucionais finalísticas e administrativas, apoiar as diretrizes de TIC junto a governança corporativa, bem como prover soluções de tecnologia da informação, comunicação e inteligência de dados que proporcionem a eficiência da gestão organizacional da instituição.

3.1.4. O Hupaa-Ufal possui atualmente 15 servidores de redes em operação, No entanto, esses equipamentos apresentam algumas limitações que afetam o seu desempenho: obsolescência, limitações tecnológicas e de hardware, além da falta de garantia por parte do fornecedor.

3.1.5. Os servidores são peças-chave para o desempenho dos sistemas computacionais e serviços de rede utilizados no hospital. Eles atuam como ponto central para armazenar e processar dados, bem como facilitar a troca de informações entre dispositivos. Entretanto, os equipamentos utilizados atualmente apresentam algumas limitações que afetam sua eficiência, incluindo a falta de garantia do fornecedor, obsolescência, limitações tecnológicas e de hardware.

3.1.6. De acordo com a diretriz estabelecida no Item 1.4.5 do documento de Boas Práticas, Orientações e Vedação para Contratação de Ativos de TIC - Versão 4, os equipamentos de TIC devem ser substituídos a cada 5 anos. No entanto, os servidores utilizados pelo Hupaa-Ufal estão em uso há cerca de 10 anos, ultrapassando o prazo estabelecido. O uso desses equipamentos obsoletos e sem garantia pode causar diversos problemas para a instituição e seus usuários, como falhas no acesso aos dados e serviços oferecidos pela rede, bem como vulnerabilidade a ataques de hackers e malwares.

3.1.7. No Hupaa-Ufal, existem servidores destinados a funções específicas ou sistemas determinados. No entanto, essa infraestrutura enfrenta riscos de falhas e incidentes de segurança de rede, devido ao uso de equipamentos obsoletos. Essa vulnerabilidade ocorre porque não é possível instalar hardwares modernos ou implementar novas tecnologias, juntamente com as atualizações de segurança necessárias para acompanhar o avanço tecnológico. É importante ressaltar que essa limitação compromete a eficiência e a segurança do sistema como um todo.

3.1.8. Também é importante destacar que apesar do cenário pouco favorável ao uso da tecnologia de virtualização de máquinas, o Hupaa-Ufal já faz uso dessa prática em sua infraestrutura de TIC. Dos servidores mencionados, quatro são utilizados para ambiente de virtualização, enquanto os outros são dedicados. No entanto, a exploração dessa tecnologia ainda é limitada devido à obsolescência e defasagem dos hardwares presentes nesses equipamentos, o que inviabiliza a implantação de técnicas avançadas de virtualização como:

- Virtualização aninhada: técnica que permite executar máquinas virtuais dentro de outras máquinas virtuais, criando um ambiente de virtualização em camadas.
- Balanceamento de carga: técnica que permite distribuir as cargas de trabalho de forma equilibrada entre diferentes máquinas virtuais em um ambiente de virtualização.
- Migração de máquinas virtuais em tempo real: técnica que permite mover máquinas virtuais de um servidor físico para outro sem interrupção de serviço, garantindo a continuidade das operações.
- Virtualização baseada em contêiner: técnica que permite a criação de contêineres isolados em um sistema operacional compartilhado, permitindo que múltiplas aplicações compartilhem recursos de hardware sem interferir umas nas outras.

3.1.9. A recomendação do uso da tecnologia de virtualização de máquinas é uma prática de mercado comum e consolidada na área de Tecnologia da Informação (TI). Muitas empresas adotam a virtualização como uma estratégia para otimizar o uso de recursos de hardware, simplificar a gestão de sistemas e serviços, reduzir custos e aumentar a flexibilidade do ambiente de TI. A virtualização também permite uma melhor utilização dos recursos de processamento, memória e armazenamento, possibilitando a consolidação de múltiplos sistemas em um único servidor físico. Isso ajuda a reduzir a quantidade de servidores necessários, bem como a demanda por espaço físico, energia e refrigeração, trazendo benefícios significativos para as empresas.

3.1.10. Nesse sentido, fica evidente a importância da gestão adequada dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para garantir maior eficiência na prestação de serviços e atendimento aos pacientes e colaboradores do Hupaa-Ufal. É essencial que o hospital disponha de uma infraestrutura tecnológica confiável e de alto desempenho para atender às demandas da sua comunidade. O documento DOD (27715598) apresenta uma solução capaz de atender essas necessidades por meio da implantação de técnicas avançadas de virtualização e garantia da integridade e disponibilidade dos dados. Com isso, o hospital poderá aprimorar sua visão estratégica e aperfeiçoar seus serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida.

3.2. Justificativa da Aquisição:

3.2.1. A aquisição de servidores encontra sua justificativa na necessidade de reposição do parque tecnológico de servidores desta Unidade para manutenção, evolução tecnológica e expansão da infraestrutura do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSERH, visando manter o pleno funcionamento de suas atividades e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos nossos usuários.

3.2.2. Vale ressaltar que os equipamentos a serem adquiridos estão especificados em um total de 03 (três) unidades, que serão utilizados para o atendimento das respectivas demandas inerentes a este termo referencial.

3.2.3. A utilização de pregão eletrônico para o registro de preços é mais conveniente para a nossa instituição, pois permite contratações futuras com previsão de entrega parcelada, levando em consideração à frequência das nossas aquisições e à dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado em alguns casos, em conformidade com o artigo 3º, I, II e IV, Decreto nº 7.892/2013.

3.2.4. Nesse sentido, fica evidente a importância da gestão adequada dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para garantir maior eficiência na prestação de serviços e atendimento aos pacientes e colaboradores do Hupaa-Ufal. É essencial que o hospital disponha de uma infraestrutura tecnológica confiável e de alto desempenho para atender às demandas da sua comunidade. O documento DOD (27715598) apresenta uma solução capaz de atender essas necessidades por meio da implantação de técnicas avançadas de virtualização e garantia da integridade e disponibilidade dos dados. Com isso, o hospital poderá aprimorar sua visão estratégica e aperfeiçoar seus serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
O1	OETIC 3 - Promover transformação digital, alinhada aos negócios, com foco no aumento da excelência dos serviços tecnológicos, promovendo maior geração de valor pela TI.

O2	OETIC 4 - Otimizar a utilização e eficiência dos recursos de infraestrutura, buscando modelos de negócio que promovam a sustentabilidade de infra, adotando soluções e ambientes de alta disponibilidade informacional, onde aplicável.
N1	NTIC 07 - Provimento de infraestrutura adequada de TIC, objetivando o monitoramento, continuidade e contingência dos serviços de TIC.
N2	NTIC 08 - Garantia da sustentabilidade das atividades organizacionais por meio de serviços de TIC.
N3	NTIC 09 - Garantia da segurança dos ativos de TI por meio de uma infraestrutura adequada.

ALINHAMENTO AO PDTIC <2021-2023>	
ID	Meta/Ação do PDTIC
A1	A104 - Substituir servidores obsoletos.

3.3.1. A presente contratação está prevista no PEDTIC/2021-2023 do HUPAA-UFAL/EBSERH, conforme consta no processo SEI nº 23540.016515/2021-52.

3.4. **Resultados e Benefícios a Serem Alcançados:**

ID	BENEFÍCIOS
1	Melhoria de desempenho: servidores mais modernos são mais poderosos e eficientes, o que pode aumentar a velocidade e capacidade de processamento de dados.
2	Maior estabilidade e confiabilidade: equipamentos novos são mais confiáveis minimizam os riscos de tempo de inatividade e perda de dados.
3	Melhor segurança: servidores novos possuem recursos de segurança mais avançados e atualizações de software mais frequentes.
4	Redução de custos: reduzir custos de manutenção, suporte técnico e energia elétrica, pois os novos servidores são mais eficientes em termos de consumo de energia.
5	Implementação de técnicas avançadas de virtualização: servidores modernos e potentes trazem benefícios significativos e flexibilidade para o trabalho com virtualização de máquinas.
6	Infraestrutura adequada para retenção de dados em conformidade com as necessidades da instituição, bem como com as legislações vigentes.

7	Manter equipamentos de TIC cobertos por garantia e assistência técnica, durante sua vida útil, conforme Orientações para Elaboração e Ajuste de Especificações Técnicas de Ativos de TIC, em atenção ao disposto na Portaria STI/MP nº 20, de 2016.
----------	---

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (REQUISITOS DA SOLUÇÃO)

4.1. Necessidades de Negócio:

4.1.1. Prover solução com alta disponibilidade para evitar possível paralização do ambiente de TIC caso haja falha em um equipamento;

4.1.2. Manter equipamentos de tecnologia da informação cobertos por garantia durante sua vida útil, conforme Orientações para Elaboração e Ajuste de Especificações Técnicas de Ativos de TI, em atenção ao disposto na Portaria STI/MP nº 20, de 2016;

4.1.3. Prover infraestrutura adequada para retenção de dados em conformidade com as legislações vigentes (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.);

4.1.4. Preservar a integridade e disponibilidade das informações guardadas em seus ambientes, garantindo a continuidade dos serviços prestados;

4.1.5. Aumentar a capacidade de absorver novos sistemas e serviços que diariamente são consumidos pelos usuários da rede do hupaa-Ufal;

4.1.6. Evitar que o Hupaa-Ufal continue com contrato a posteriori, de serviços de manutenção para ativos fora de garantia.

4.2. Necessidades Tecnológicas:

4.2.1. Com base no cenário apresentado no estudo técnico preliminar, é preciso adquirir novos servidores para recursos de virtualização avançados, visto que os 15(quinze) equipamentos disponíveis estão obsoletos, fora de garantia e não possuem tecnologia adequada para um ambiente virtualizado estável e eficiente. Para isso, é necessário investir em 3 (três) servidores modernos com processadores a partir de 2.8 GHz (Frequência baseada em processador), no mínimo 1024GB de memória RAM e armazenamento em estado sólido (SSD), permitindo a criação de máquinas virtuais com recursos específicos e um gerenciamento mais eficiente dos recursos de TIC;

4.2.2. Além disso, a redução do número de máquinas físicas dedicadas é fundamental para consolidar todos os serviços e sistemas em um único ambiente virtualizado, o que contribuiria para uma gestão mais eficiente dos recursos de TIC e redução de custos operacionais. Isso também resultaria em economia de energia e espaço físico, já que um ambiente virtualizado consome menos recursos de hardware e requer menos espaço físico do que um ambiente com várias máquinas dedicadas;

4.2.3. A substituição dos servidores antigos também traria economia em termos de manutenção e suporte técnico, já que as peças e componentes desses equipamentos se tornam mais difíceis e caros de serem substituídos com o passar dos anos, além de não contarem mais com garantia de fábrica;

4.2.4. Em resumo, a aquisição de servidores modernos com recursos de virtualização avançados e a redução do número de máquinas físicas dedicadas são necessidades tecnológicas fundamentais para garantir a eficiência, disponibilidade, segurança e sustentabilidade do ambiente de TI do Hupaa-Ufal.

4.3. Requisitos Legais:

4.3.1. Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, nº 94, de 23 de dezembro de 2022, - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

4.3.2. Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, nº 40, de 22 de maio de 2020, - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.3.3. Norma Operacional 02/2019, de 13 de setembro de 2019, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

4.3.4. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.3.5. Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- RLCE v2.0, nos termos do art.40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

4.3.6. A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI), de 31 de agosto de 2018, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

4.3.7. Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC, do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA, de 10 de fevereiro de 2017;

4.3.8. Portaria MP/STI nº 20, de 14 de Junho de 2016: Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf/view;

4.3.9. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

4.3.10. Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente;

4.4. **Requisitos temporais:**

4.4.1. A entrega de todos os equipamentos deverá ser realizada até 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de envio da Ordem de Fornecimento de Bens.

4.4.2. A implantação da solução deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de entrega dos equipamentos.

4.5. **Requisitos de Segurança:**

4.5.1. A CONTRATADA, na reunião inicial, deverá entregar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e o Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação;

4.5.2. Os profissionais em atendimento no ambiente do Hupaa-Ufal, deverão se apresentar devidamente identificados;

4.5.3. A CONTRATADA deverá seguir todas as políticas, normas e suas atualizações, da CONTRATANTE. A empresa CONTRATADA deverá credenciar, junto a CONTRATANTE, seus profissionais autorizados a operar presencialmente e remotamente nos sites da CONTRATANTE.

4.6. **Requisitos de Segurança da Informação:**

4.6.1. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes de Governo Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, além da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como a todos os normativos internos da CONTRATANTE que tratam do assunto, tais como a Política de Segurança da Informação do Hupaa-ufal e da EBSEH;

4.6.2. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais?**

4.7.1. Os profissionais em atendimento no ambiente do HUPAA, deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do Hospital;

4.7.2. Os profissionais deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo;

4.7.3. A empresa CONTRATADA deverá garantir o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto;

4.7.4. Deverá adotar medidas, quando couber, para atender as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS da Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI /MPOG, com ênfase no art. 6º, bem como, o Decreto nº 9.178/2017 que

estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui apolítica de resíduos sólidos;

4.7.5. A empresa CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o Art. 31 da Lei nº 13.303/16.

4.7.6. A empresa CONTRATADA deverá, no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o art. 4, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

4.7.7. A empresa CONTRATADA deverá no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União.

4.8. Requisitos de garantia suporte e manutenção:

4.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia de 60 meses, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para TODOS os itens (hardware, software, acessórios etc.) que compõem a solução ofertada;

4.8.2. A CONTRATADA deverá prestar tempestivamente a manutenção corretiva em todos os equipamentos e componentes da solução;

4.8.3. O serviço de suporte durante o período de garantia também contemplam atendimento técnico quanto à solução de problemas envolvendo o produto ofertado, bem como as atualizações dos softwares;

4.8.4. O serviço de suporte e manutenção são destinados a recolocar as funcionalidades, equipamentos e/ou materiais em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituição de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os mesmos durante o período de garantia;

4.8.5. O serviço de atualização deve incluir correções e execução de medidas necessárias para sanar falhas de funcionamento ou vulnerabilidades;

4.8.6. O suporte e manutenção dos equipamentos durante o período da garantia deverá ser no local (on-site), caso seja possível e autorizado pela CONTRATANTE poderão ser realizados remotamente.

4.8.7. A manutenção será realizada no horário compreendido entre 08h00 e 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto em situações deparada total da solução.

4.8.8. A CONTRATADA apresentará um Relatório Técnico, contendo data e hora do chamado e do início e término do atendimento, identificação do defeito e do técnico responsável pela execução da garantia, bem como as providências adotadas e outras informações pertinentes, e deverá ser assinado pelo usuário ou responsável pela solicitação da garantia;

4.8.9. Em caso de substituição definitiva do equipamento, o prazo de entrega do novo equipamento será de até 15 (quinze) dias corridos;

4.8.10. A CONTRATADA verà disponibilizar serviço de suporte técnico para abertura de chamados via telefone, e-mail ou sistema de controle de chamados técnicos;

4.8.11. A CONTRATADA deverá informar o site do fabricante para baixar atualizações de drivers para o equipamento proposto.

4.9. Requisitos de Capacitação:

4.9.1. Não serão necessários pois a equipe técnica possui as competências necessárias para a implantação da solução.

4.10. Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.10.1. Os requisitos de arquitetura tecnológica estão relatados no item 2 deste Termo de Referência.

4.11. Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.11.1. Considerando que todo o projeto e implementação serão realizados pelo corpo técnico do Hupaa-ufal, não será necessário descrevê-los

4.12. Requisitos de Implantação:

4.12.1. Não serão necessários visto que a implantação será realizada pela equipe técnica do Hupaa-ufal

4.13. Requisitos de Experiência Profissional:

4.13.1. Não serão necessários visto que a implantação será realizada pela equipe técnica do Hupaa-ufal

4.14. Requisitos de Formação da Equipe:

4.14.1. Não serão necessários visto que a implantação será realizada pela equipe técnica do Hupaa-ufal

4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho:

4.15.1. Não serão necessários visto que a implantação será realizada pela equipe técnica do Hupaa-ufal

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, em remessas parceladas, no endereço do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSERH, a partir do envio da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento. Poderá ser prorrogado à critério da contratante.

6.1.1. O envio será realizado para o e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal e é mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais – SISG (Decretos nº 1.094, de 23 de março de 1994 e nº 4.485, de 25 de novembro de 2002).

6.1.2. A entrega deverá ser realizada nas dependências do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital – SETISD do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA/UFAL/EBSERH, localizada na Avenida Lourival Melo Mota – S/N – Tabuleiro do Martins – Maceió – Alagoas – CEP 57.072-900, no horário de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 17h00min.

6.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.1.7. 4.7.As informações contidas na Nota Fiscal/Fatura de Fornecimento deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de forma a facilitar a conferência.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**7.1. DOS PRAZOS, HORÁRIOS DE FORNECIMENTO DE BENS, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E LOCAIS DE ENTREGA**

7.1.1. Os prazos, horários e local de entrega encontram-se definidos no Item 6 deste termo de referência.

7.2. DA DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

7.2.1. Deverá a CONTRATADA apresentar toda documentação referente ao fornecimento dos bens que compõem a solução.

7.3. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**7.3.1. Compete ao GESTOR DO CONTRATO:**

7.3.1.1. Encaminhamento formal de demandas à contratada;

7.3.1.2. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;

7.3.1.3. Encaminhamento das demandas de correção à contratada, sendo permitida a delegação aos fiscais do contrato;

7.3.1.4. Encaminhamento de indicação de glosas e sanções para a Área Administrativa;

7.3.1.5. Autorização para faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto da contratada; e

7.3.1.6. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

7.3.2. Compete ao FISCAL REQUISITANTE:

7.3.2.1. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

7.3.2.2. Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

7.3.2.3. Encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;

7.3.2.4. Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

7.3.2.5. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;

7.3.2.6. Verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato; e

7.3.2.7. Apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

7.3.3. Compete ao FISCAL TÉCNICO:

7.3.3.1. Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

7.3.3.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;

7.3.3.3. Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;

7.3.3.4. Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo do Contrato;

7.3.3.5. Encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;

7.3.3.6. Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;

7.3.3.7. Apoio ao Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

7.3.3.8. Verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato; e

7.3.3.9. Apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

7.3.4. Compete ao FISCAL ADMINISTRATIVO:

- 7.3.4.1. Verificação de aderência aos termos contratuais;
- 7.3.4.2. Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
- 7.3.4.3. Encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
- 7.3.4.4. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- 7.3.4.5. Apoio ao Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação; e
- 7.3.4.6. Apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato.
- 7.3.5. **Compete ao PREPOSTO:**
 - 7.3.5.1. Realizar a gestão das demandas referentes à administração do CONTRATO;
 - 7.3.5.2. Assegurar-se de que as determinações do Hupaa sejam disseminadas e cumpridas pela CONTRATADA e com vistas à alocação dos recursos necessários para execução das Ordens de Fornecimento de Bens / Ordens de Serviço;
 - 7.3.5.3. Informar sobre os problemas de qualquer natureza que possam impedir o bom andamento dos serviços;
 - 7.3.5.4. Elaborar documentos (relatórios gerenciais, relatórios de impacto) referentes ao acompanhamento da execução das Ordens de Fornecimento de Bens / Ordens de Serviço;
 - 7.3.5.5. Executar os procedimentos administrativos referentes aos recursos alocados para execução dos serviços contratados;
 - 7.3.5.6. Zelar pela qualidade dos serviços prestados;
 - 7.3.5.7. Exigir da equipe técnica da CONTRATADA o cumprimento de suas atribuições e adequação das atividades de acordo com as recomendações técnicas do fabricante, mormente quando estas, envolverem problemas e requisitos obrigatórios de segurança e compatibilidade.

7.4. **DA DEFINIÇÃO DE MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

- 7.4.1. A solicitação de bens e serviços será por meio de emissão de Ordem de Serviço e Fornecimento de Bens;
- 7.4.2. Documentos formais deverão ser assinados, preferencialmente, pelo sistema SEI da Ebserh.
- 7.4.3. Para prover maior fluidez na comunicação entre contratante e contratada os meios de comunicação utilizados serão: e-mail, Microsoft Teams, telefone e outros, a critério da contratante.
- 7.4.4. Os mecanismos de comunicação para fins de acionamento de garantia e suporte técnico deverão seguir as definições estabelecidas neste Termo de Referência.

8. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 8.1. A Licitante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, que comprove já ter fornecido os equipamentos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega;
- 8.2. A licitante deverá indicar, claramente, quais itens do atestado apresentado, correspondem aos exigidos neste certame para habilitação técnica. Tal indicação pode ser realizada por relatório adicional que correlacione o atestado com os itens do Termo de Referência ou Contrato que originou o atestado de capacidade técnica apresentado.

9. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 9.1. O fornecimento dos bens pelas empresas adjudicatárias deverá ser realizado em conformidade com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

9.2. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **Número do Pregão, Número do Empenho, Dados Bancários, Descrição do Material, Marca/Modelo do Produto Fornecido, Nº do Lote, Prazo de Validade do Produto, Valor Unitário e Valor Total;**

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.8. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas, decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei, ligadas ao cumprimento desta Ata;

11.9. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

11.10. Atender, em qualquer tempo, as solicitações para fornecimento de amostras dos produtos, formuladas pela Contratante, para análise da qualidade dos produtos;

11.11. Substituir de forma automática o Produto recusado pela Contratante, que o avaliará segundo as exigências contratuais e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;

- 11.12. Efetuar, por sua conta e ônus, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, a troca dos produtos que se deteriorarem ou perderem suas características, respeitadas as condições de estocagem e o prazo de validade dos produtos.
- 11.13. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o Produto fornecido, reservando à Contratante o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
- 11.14. Cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, bem como todas as exigências contidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços, que sejam de inteira competência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.
- 11.15. Ter em seus estoques quantitativos suficiente para atender à Contratante, na forma e qualidades adequadas, de acordo com os parâmetros adotados pelo Órgão fiscalizador oficial competente;
- 11.16. Realizar o fornecimento para o qual foi contratada, em conformidade com o estipulado na proposta vencedora e neste contrato;
- 11.17. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei;
- 11.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 11.19. Cumprir durante a vigência deste Contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 11.20. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.
- 11.21. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 11.22. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 11.23. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 11.24. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 11.25. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 12.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços -SRP, a indicação da dotação orçamentaria ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº7.892/13.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. A formação de consórcio não se justifica, dado que não há demanda que necessite de forças de trabalho diferentes ou dispersas para atendimento do objeto. Os potenciais fornecedores dos componentes previstos no objeto da contratação, tem plena condição de ofertar todos os itens previstos em cada grupo sem a necessidade de estabelecimento de Consórcio entre empresas. Durante o estudo foram consultados diversos certames da mesma natureza e notou-se como padrão a vedação da participação de consórcios o que demonstra ser prática de mercado.
- 13.2. Não será permitida subcontratação total do objeto, a transferência ou a cessão das obrigações contratuais a terceiros.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Nos termos do artigo 161 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, serão designados representantes para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o Preposto e um eventual substituto ao Hupaa.

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Hupaa ou de seus agentes.

15.4. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.5. Os Fiscais, quando observarem qualquer situação técnica pertinente, que considerem irregular, deverão manifestar sua discordância junto ao preposto designado pela CONTRATADA e comunicar o Gestor do Contrato.

15.6. DAS ETAPAS PREVISTAS

15.6.1. Após a nomeação da equipe de Gestão/Fiscalização do contrato, a equipe do Hupaa deverá proceder com a criação de processo administrativo específico, pela equipe de Gestão/Fiscalização do contrato, para registro histórico do contrato.

15.6.2. Após a emissão da nota de empenho, deverão ser observadas as etapas abaixo:

#	ETAPA	RESPONSÁVEL	PRAZO	ATIVIDADES
1 - REUNIÃO INICIAL				
1.1	Reunião Inicial	Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante, Fiscal Administrativo e CONTRATADA	Após a assinatura do contrato.	Realização de reunião inicial convocada pelo Gestor do Contrato para o repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários ao fornecimento de bens, cuja pauta observará, pelo menos: Presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma; Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.
2 - DO FATURAMENTO				
2.1	Emissão das Notas Fiscais para Faturamento	CONTRATADA	Após recebimento de ordem de fornecimento.	Emissão da Nota Fiscal de faturamento contendo o detalhamento dos equipamentos entregues, número de série dos , quantidades e valores unitários , através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

2.2	Encaminhar Pagamento	Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Gestor do Contrato	Conforme Item 6	Encaminhar processo de pagamento à unidade competente.
-----	----------------------	--	-----------------	--

15.6.3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENS FORNECIDOS

15.6.3.1. A equipe de fiscalização fará a conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos ajustes previstos nos item 16.17. que trata do Índice de Medição de Resultados - IMR.

15.6.3.2. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6.3.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.6.4. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

15.6.4.1. O procedimento de comprovação do atendimento aos requisitos técnicos das soluções, será realizado através da análise de documentos comprobatórios (*datasheets e ou* manuais), emitidos pelo fabricante do equipamento, disponibilizado pela proponente.

15.6.5. DA FIXAÇÃO DOS VALORES E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

15.6.5.1. Caso a CONTRATADA não atinja os valores mínimos aceitáveis fixados neste Termo de Referência, não venha a produzir os resultados esperados, deixe de executar as atividades contratadas, deixe de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução, ou utilize-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, estará sujeita a aplicação de ajustes nos valores estabelecidos para multas e/ou penalidades ou retenção do pagamento até que as pendências sejam sanadas.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do artigo 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

16.17. **ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

16.17.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Índice de Medição de Resultados - IMR

INDICADOR Nº 1 - ENTREGA TEMPESTIVA DOS EQUIPAMENTOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a entrega dos materiais no prazo pactuado
Meta a cumprir	Entregar os equipamentos 90 (noventa) dias após recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens.
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos materiais
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória

Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço
Mecanismo de cálculo	<p>(Dias percorridos) = (Data de entrega dos materiais) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço)</p> <p>* excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais</p> <p>** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos materiais realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022= 21 dias percorridos)</p> <p>*** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega</p>
Faixas de ajuste no pagamento	<p>a) Cumprido o prazo de entrega dos materiais: 100% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço</p> <p>b) Atraso de até 10 dias: 99% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço</p> <p>c) Atraso entre 10 e 20 dias: 97% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço</p> <p>d) Atraso acima de 20 dias: 95% do valor da Ordem de Fornecimento de Bens / Ordem de Serviço</p>
Sanções	<p>O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.</p> <p>O atraso de até 10 dias, se recorrente, também requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual.</p>
Observações	<p>Caso a Ordem de Fornecimento de Bens/ Ordem de Serviço seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida.</p> <p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p>

16.18. APLICAÇÃO E MULTA EM OUTROS EVENTOS

16.18.1. Em caso de ocorrências específicas, sujeitar-se-á a CONTRATADA às seguintes sanções:

16.18.1.1. Multa sobre o valor do contrato, conforme classificação abaixo:

16.18.1.2. **M1:** Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;

16.18.1.3. **M2:** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato;

16.18.1.4. **M3:** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do Contrato;

16.18.1.5. **M4:** Multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do Contrato;

16.18.1.6. **M5:** Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do Contrato.

16.18.2. Aplicação das multas

CLASSIFICAÇÃO	APLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
M2	POR EVENTO	Não realização da reunião inicial, com seus respectivos requisitos contratuais.
M3	POR EVENTO	Não assinatura do Termo de Confidencialidade e/ou Termo de Ciência
M2	POR EVENTO	Não realização do treinamento conforme condições previstas
M4	POR DIA DE ATRASO	Não apresentação do Plano de implantação no prazo previsto.
M2	POR EVENTO	Não fornecer a documentação dos equipamentos e treinamentos
M1	POR EVENTO	Falta de acessório ou material para a correta instalação dos equipamentos
M3	POR DIA DE ATRASO	Não instalação e configuração da solução dentro do prazo
M1	POR EVENTO	Não atender os requisitos de Formação da Equipe

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. **O procedimento para contratação de compras é o Sistema de Registro de Preços – SRP, que não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, conforme legislação vigente.**

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

19.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

19.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

19.3.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh pelo prazo de até dois anos (abrangendo todas as unidades hospitalares vinculadas à Ebserh);

19.3.4. As sanções previstas nos subitens 19.3.1 e 19.3.3 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

19.3.5. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades listadas as empresas ou profissionais que:

19.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

19.6. A penalidade prevista no item 19.2.3, abrangendo todas as unidades hospitalares vinculadas à Ebserh, será aplicada por intermédio de deliberação da Administração Central da Ebserh, após regular instrução de processo administrativo de apuração de irregularidade pela unidade contratante.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. **DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO**

20.1. Não será realizada prova de conceito.

21. **DA VISTORIA**

21.0.1. Durante o prazo de elaboração de propostas, será facultada aos licitantes realizar vistoria técnica das instalações do Hupaa em Maceió-AL.

21.0.2. As vistorias serão acompanhadas e orientadas por representante da Hupaa. O representante legal da licitante deverá apresentar, o termo de vistoria e sigilo, conforme modelo especificado no Anexo II - TERMO DE VISTORIA E SIGILO (28192893), em papel timbrado. A vistoria não ensejará na emissão de nenhum tipo de comprovante por parte do Hupaa.

21.0.3. Em virtude da necessidade de manter a segurança no ambiente do órgão, o representante legal da licitante deverá manter compromisso no sigilo das informações e dados colhidos, não divulgando, publicando ou fazendo uso das informações obtidas durante a vistoria. Essa precaução objetiva garantir que as informações e detalhamento do ambiente não sejam difundidas publicamente dando ensejo a invasão ou comprometimento do ambiente tecnológico do Hupaa no intuito de burlar as regras de segurança atualmente implementadas.

21.0.4. As vistorias serão individualizadas, com duração máxima de 40 minutos e poderão acontecer entre a data de publicação do Edital e até 3 dias úteis antes da abertura do pregão, no horário de 09h às 11h e 14h às 16h, de segunda a sexta-feira em dias úteis, estando restritas ao máximo de 4 visitas diárias.

21.0.5. A vistoria deverá ser agendada junto ao SGPTI por meio do endereço eletrônico setisd.hupaa-ufal@ebserh.gov.br ou pelo telefone (82)3202-3772 com até 24 horas de antecedência do último dia disponível para a visita.

Deverá ser mencionado o número do Edital, as informações de contato da LICITANTE (razão social, endereço e telefone) e de seu representante (nome completo, CPF e telefone) o qual efetuará a vistoria.

21.0.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado.

21.0.7. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão, devendo ainda entregar declaração de dispensa de vistoria conforme o Anexo III - DECLARACAO DE DISPENSA DE VISTORIA (28192924) quando da apresentação da documentação de habilitação.

21.0.8. O Hupaa se reserva o direito de prestar as informações que somente considerar necessárias para o entendimento do objeto a ser contratado.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Aderem às disposições gerais deste Termo de Referência as condições estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico e nas Minutas da Ata de Registro de Preços, ainda que não estejam explicitamente inseridas neste Termo.

ANEXO I DO TR – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;

d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;

e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;

g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição,

perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
(Assinado eletronicamente) Olival Santos Da Silva Filho SIAPE: 223****	(Assinado eletronicamente) Washington Junior Ferreira SIAPE: 214****	(Assinado eletronicamente) Janaína de Oliveira Silva Santos SIAPE: 312****

Autoridade Competente
(Assinado eletronicamente) Alexsandro Conceição dos Santos Chefe do Setor de Gestão da Informação e Informática Matrícula/SIAPE: 318****

ANEXO II DO TR - TERMO DE VISTORIA E SIGILO TERMO DE VISTORIA E SIGILO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57

_____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pelo(a) _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que visitou e vistoriou, nesta data, as dependências do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (Hupaa), acompanhado de funcionário designado pelo Hupaa, onde esclareceu TODAS as dúvidas sobre o objeto desta licitação, eliminando possíveis omissões, falhas e/ou incompatibilidades com as especificações contidas no Termo de Referência, visando subsidiar a elaboração de sua proposta técnica e seu orçamento. DECLARA ainda que, conforme item 8.3 do Termo de Referência, todas as informações obtidas por ocasião da visita técnica serão mantidas em sigilo, não cabendo divulgação ou compartilhamento de qualquer espécie.

Local e data _____

Assinatura do representante legal da licitante _____

Recebido em ____/____/____.

Assinatura do representante do Hupaa _____

ANEXO III DO TR - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57**

_____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pelo(a) _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que considera desnecessária a vistoria ao local de execução dos serviços e que obteve todas as informações necessárias e as especificações técnicas para a realização do objeto licitado, e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do mesmo. Declara, ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja vencedor da licitação.

Local e data _____

Assinatura do representante legal da licitante _____

ANEXO IV DO TR – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57****TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, sediado na Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária, Maceió - AL, CEP 57072-900, CNPJ 15.126.437/0020-06, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a “EMPRESA CONTRATADA”, sediada “ENDEREÇO”, doravante denominada CONTRATADA.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO nº XXXX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE,

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção, CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto Nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta os procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições: Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão. Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE. Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a sociedade e o Estado brasileiros. Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação.

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO.

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações. I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO. I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros.

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente. e IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade. Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA.

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes.

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL. VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO A CONTRATANTE elege o foro de Maceió-AL onde está localizado o CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Local, _____ de _____ de _____

DE ACORDO

CONTRATANTE: _____ CPF: _____

CONTRATADA: _____ CPF: _____

TESTEMUNHA 1: _____ CPF: _____

TESTEMUNHA 2: _____ CPF: _____

ANEXO V DO TR – TERMO DE CIÊNCIA**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57****TERMO DE CIÊNCIA**

Visa obter o comprometimento formal dos empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

Identificação

Pregão Eletrônico nº:

Contrato nº:

Objeto:

Gestor do contrato:

Matrícula SIAPE:

Contratante:

Contratada:

CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na CONTRATANTE.

Local, Data

Ciência da Contratada

Funcionários

Nome:

Matrícula:

Assinatura:

Nome:

Matrícula:

Assinatura:

Nome:

Matrícula:

Assinatura:

ANEXO VI DO TR – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57

1. IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:

Período da Vigência:

Nº da OS/OFB/NE:

Objeto:

Valor dos Bens/Serviços Recebidos:

Quantidade Prevista:

Quantidade Realizada:

Contratante: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas

Contratada:

Data da Entrega:

Data do Recebimento:

Prazo Originalmente Estipulado:

2. TERMOS

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que os serviços e/ou bens, integrantes da OS/OFB acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até ____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do [Contrato / Termo de Referência / Projeto Básico] do Contrato acima identificado.

(art. 102, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh)

O presente documento segue assinado pelo Agente Fiscalizador do Contrato.

ANEXO VII DO TR – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 08/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.002857/2023-57

1. IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:

Período da Vigência:

Nº da OS/OFB/NE:

Objeto:

Valor dos Bens/Serviços Recebidos:

Quantidade Prevista:

Quantidade Realizada:

Contratante: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes da Universidade Federal de Alagoas

Contratada:

Data da Entrega:

Data do Recebimento:

Prazo Originalmente Estipulado:

2. TERMOS

2.1. Por este instrumento, em caráter definitivo, atestamos que os serviços e/ou bens acima identificados foram devidamente executados/entregues e atendem às exigências especificadas no [Termo de Referência / Projeto Básico], com eficácia liberatória de todas as obrigações estabelecidas em contratado referentes ao objeto acima mencionado, exceto as garantias legais (art. 102, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh).

2.2. Observações, caso necessário: [digite aqui o texto]. Observação: Havendo valor patrimonial ou complemento financeiro de bem patrimonial, o Agente Fiscalizador ou o Gestor do Contrato também deve encaminhar este documento à área de patrimônio.

O presente documento segue assinado pelo Agente Fiscalizador e pelo Gestor do Contrato.

Referência: Processo nº 23540.002857/2023-57 SEI nº 28376002